

Projecto de Lei n.º427/X

**Altera o Regulamento Lei do Serviço Militar, incentivando a participação feminina
no Dia da Defesa Nacional**

Exposição de Motivos

A Lei do Serviço Militar (LSM), Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, surge na sequência da 4.ª revisão constitucional e estabelece a transição do serviço efectivo normal (SEN) (sistema da conscrição) para um novo regime de prestação de serviço militar, baseado em tempo de paz, no voluntariado, prevendo o artigo 57º, os deveres gerais dos cidadãos, designadamente a comparência ao Dia da defesa Nacional (DDN).

Encontra-se constitucionalmente consagrado no artigo 276º, que a defesa da Pátria é um direito e dever fundamental de todos os portugueses e neste sentido a LSM prevê que a comparência ao Dia da Defesa Nacional (DDN), é um dever militar cujo cumprimento se encontra adstrito a todos os cidadãos, não fazendo distinção quanto ao género.

Neste sentido, prevê o Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º289/2000, de 14 de Novembro, que os cidadãos de ambos os sexos têm os mesmos deveres militares.

No entanto, o artigo 75ª deste diploma vem coarctar este direito, quando condiciona o seu exercício ao nele previsto, traduzindo-se na única limitação legal actualmente existente no que respeita à participação das mulheres no cumprimento dos deveres militares, mormente a comparência ao DDN.

Mais do que potenciar o dever de comparência ao Dia da Defesa Nacional, para além da sensibilização dos jovens para a temática da Defesa Nacional e da divulgação do papel das Forças Armadas, esta proposta visa alcançar a plenitude da aplicação do Princípio da Igualdade, previsto no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, na vertente de que os homens e mulheres estão igualmente sujeitos aos mesmos direitos e deveres militares.

Assim:

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 197º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de Lei:

Artigo Único

Revogação

É revogado o artigo 75.º, do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro.

Palácio de S. Bento, 13 de Dezembro de 2007

Os Deputados